

TIBLE, Jean. Marx selvagem. São Paulo: Annablume, 2013.

Marcilio Lucas (UFGD; marciliolucas@gmail.com)

O título provocativo é apenas o primeiro sinal da ousadia do trabalho de Jean Tible. Em *Marx Selvagem*, ele se lança ao desafio de aproximar o pensamento marxiano e a América Indígena, por vias pouco convencionais: ao invés de tentar aplicar categorias clássicas do materialismo histórico para a apreensão de dinâmicas sociais indígenas, Tible busca um diálogo mais aberto, com um Marx interpelado pelas questões – e questionamentos – da antropologia e, sobretudo, pelas lutas dos mais diversos povos. Mariátegui é a inspiração; mas é Clastres o mediador teórico, de uma forma também inusitada, já que Tible contesta suas críticas ao marxismo, justamente para indicar convergências importantes entre o antropólogo francês e o comunista alemão. O resultado é um Clastres mais próximo de Marx do que os próprios antropólogos marxistas; e um Marx distante de projetos megaindustriais de socialismo – stalinista ou socialdemocrata – e apto para dialogar com o discurso cosmopolítico de Davi Kopenawa, liderança Yanomani, e com o perspectivismo amazônico, conforme formulado por Viveiros de Castro.

A perspectiva e a forma de exposição de Tible resgatam o que poderia ser chamado de “marxismo marginal” (e a capa da edição reforça tal impressão) – oposto ao “marxismo vulgar”, mas também ao “científico” – que se caracteriza pela insurreição contra noções cristalizadas de progresso, pela suspensão de conclusões definitivas e pelo mergulho nos deslocamentos impulsionados pelas lutas conceituais e concretas. Nesse sentido, o Marx Selvagem buscado por Tible apresenta duas características principais: um pensamento-luta que recusa a naturalização das relações sociais burguesas e que se movimenta no sentido de um interesse crescente pelas particularidades das formações sociais “outras”; e uma perspectiva radicalmente antiestatal, crítica ferrenha da separação fundadora da modernidade, entre Estado e sociedade.

No capítulo inicial, Tible esboça a primeira dessas características, ao analisar como Marx e Engels encararam os “outros”, ou seja, as diversas formações sociais para além da Europa Ocidental. Instigado pela crítica de Clastres ao evolucionismo e determinismo econômico, supostamente inerentes ao marxismo, Tible apresenta uma análise minuciosa e convincente, cotejando textos clássicos dos fundadores do materialismo histórico com outros escritos e anotações esparsas, sem deixar de



considerar também as retificações e esclarecimentos presentes em prefácios e revisões de edições de algumas suas obras. As pistas encontradas são relevantes. O autor de *Marx Selvagem* desconstrói a ideia de uma teoria marxiana da história, no sentido da definição de estágios “necessários” de desenvolvimento das formas de produção, defendendo que as (re)formulações de Marx a esse respeito expressam o estado de seus estudos em cada momento, “constituindo mais indicações iniciais do que uma compreensão acabada” (TIBLE, 2013, p. 33) – argumento que é reforçado pelas advertências de Marx a respeito das confusões que a formulação de “leis humanas universais” poderia gerar na apreensão de formações históricas particulares.

Um segundo ponto de destaque se refere às análises das contradições dos processos de colonização e expansão do domínio capitalista, que, em textos como o *Manifesto*, revelam, por um lado, certo fascínio com a grandiosidade das realizações do desenvolvimento burguês e, por outro, a denúncia dos seus horrores. Em relação a essa ambiguidade, Tible mostra um gradativo deslocamento de Marx no sentido de uma crescente crítica da colonização, alimentada pelas próprias lutas anticoloniais dos povos analisados, de modo que a dimensão “civilizatória” desse processo torna-se cada vez mais uma ironia, para denunciar a hipocrisia do mundo burguês diante da barbárie que lhe é inerente. Encontramos, assim, um Marx cada vez mais hostil ao capitalismo – menos afetado por seus avanços “civilizatórios” – e mais entusiasmado e sensível à “vitalidade” de outras formações sociais, o que se converte, segundo Tible, numa espécie de virada no pensamento marxiano – embora não acompanhada integralmente por Engels.

Nesse sentido, no debate sobre a suposta inevitabilidade da dissolução da comuna rural russa, Marx enfatiza, em carta a Vera Zaslitch, que a análise presente em *O Capital* – por tratar da gênese do capitalismo na Europa ocidental – não oferece elementos suficientes, exigindo, portanto, um “estudo especial”. Marx devorando Marx, para sugerir a possibilidade da Rússia escapar à lógica e às consequências desagradáveis do capitalismo, num processo em que a comuna rural poderia jogar um papel chave. Aliás, num dos rascunhos da referida carta, Marx (2013, p. 91) avança num apontamento mais geral, ao afirmar que o capitalismo em crise seria superado “com o retorno das sociedades modernas ao tipo ‘arcaico’ de propriedade comum”. E, recorrendo a Morgan, projeta a sociedade futura como a “renascença” de um “tipo social arcaico”, numa forma superior – ressaltando que não há motivos para “deixar-se atemorizar pela palavra ‘arcaico’”. Uma “nova barbárie” num sentido “novo e positivo”,



como propõe Walter Benjamin (1987, p. 115-116)? O “homem natural tecnizado”, como na síntese de Oswald de Andrade (2011, p. 141)? Marx selvagem, marxismo marginal.

A referência a Morgan nos remete justamente a outra formação social que passa a despertar a atenção de Marx: os iroqueses, estudados pelo antropólogo estadunidense. Tible apresenta um Marx interessado no papel da propriedade no desenvolvimento histórico, mas sem se contaminar – ao contrário de Engels, para não falar em Stalin e em muito do que se poderia chamar de “marxismo vulgar” – pela obsessão por estágios. Um segundo aspecto caro a Marx, conforme demonstra o amplo conjunto de transcrições do texto de Morgan, refere-se à organização política dos iroqueses, cuja “democracia arcaica” e não-estatal o despertou, conforme reflexão de Rosemont (*apud* TIBLE, 2013, p. 58), para a “atualidade dos povos indígenas” e suas possíveis “contribuições à luta global pela emancipação humana”. Esse despertar nos conduz até a própria noção de “comunismo primitivo”, reveladora do interesse pelos múltiplos processos de dissolução da propriedade comunal da terra, mas também pelas possibilidades de sua regeneração, numa chave comunista. Evidentemente, não se trataria de um “retorno” no sentido linear-temporal, numa espécie de evolucionismo às avessas, mas do reconhecimento da “multiplicidade de tempos e relações sociais”, que torna infértil a oposição entre tradição e modernidade e exige o movimento oposto: refletir sobre as possibilidades de articulação dos avanços técnicos da sociedade moderna com certas qualidades comunitárias pré-capitalistas (TIBLE, 2013, p. 65-66)¹. Nesse sentido, “índio não é problema, índio é solução”, como costuma afirmar uma liderança guarani kaiowá de Mato Grosso do Sul.

No segundo capítulo, Tible se propõe a investigar as convergências e divergências entre as noções de “abolição do Estado” em Marx e de “Sociedade contra o Estado” em Clastres. Em relação ao primeiro, Tible indica a impossibilidade de separação entre o econômico e o político, entre a crítica radical da propriedade privada e do Estado. Assim, o capitalismo é visto como um “sistema econômico e político” e a

¹ Algo bastante próximo à “nova dialética” sugerida por Thompson (1998, p. 302, grifos nossos), em sua análise sobre tempo e disciplina industrial, ao afirmar que “se a notação útil do emprego do tempo se torna menos compulsiva, as pessoas talvez tenham de *reaprender algumas das artes de viver que foram perdidas na Revolução Industrial: como preencher os interstícios de seu dia com relações sociais e pessoais mais enriquecedoras e descompromissadas; como derrubar mais uma vez as barreiras entre trabalho e vida*. Nasceria então uma nova dialética em que algumas das antigas energias e disciplinas migrariam para as nações em processo de industrialização recente, enquanto as antigas nações industrializadas procuram *redescobrir modos de experiência esquecidos antes do início da história escrita*”.



sua superação também articularia as duas dimensões, na síntese entre cooperação e democracia, cuja forma histórica foi “encontrada” em Paris: a Comuna contra o Estado! Por outro lado, com Clastres, Tible recompõe as várias facetas (simbólica, política e econômica) do “contra-o-Estado” das sociedades ameríndias: a chefia carente de autoridade e repleta de “dívidas” com a comunidade; a “sociedade-para-a-guerra” mas contra o guerreiro; o sistema de parentesco exogâmico e os mitos portadores de valores igualitários. Fundamenta-se assim a tese da recusa ativa do Estado ou, dito de outra maneira: a Sociedade contra o Estado!

Para aproximar as duas formas de negação do Estado – a recusa ameríndia e a proposta de abolição comunista – Tible contesta a caracterização de Clastres (*apud* TIBLE, 2013, p. 122) do marxismo como uma “ideologia de conquista do poder” que, portanto, fomentaria organizações políticas que, no final das contas, só fortaleciam a máquina estatal, conforme expressaria a própria noção emblemática de “ditadura do proletariado”. No entanto, Tible se esforça para mostrar que, assim como a ideia de Comuna, a noção de ditadura proletária – aliás, quase insignificante na vasta obra marxiana – não constitui uma proposta de “regime” estatal, mas a própria transição à sociedade sem classes e sem Estado, num processo de revolução permanente. Dessa forma, Marx se contrapunha à perspectiva anarquista, de Bakunin por exemplo, mas também ao estatismo socialista, na forma defendida por Lassalle, externando através da Comuna uma “visão insurrecional da democracia”.

Sendo assim, os dois axiomas que, segundo Clastres (2013, p. 205), guiam “a marcha da civilização ocidental” – a necessidade da “sombra protetora do Estado” e o “imperativo categórico: é preciso trabalhar” – são negados pela organização ameríndia e pela revolução proletária. Abolição moderna e recusa primitiva se encontram nas práticas de existência-luta desses povos, já que, inspirando-se em Deleuze e Guattari, “o contra-Estado pode então coabitar com o Estado, num entrelaçamento de linhas e relações sociais e políticas” (TIBLE, 2013, p. 147). Nesse sentido, pode-se operar uma aproximação não somente entre Marx e Clastres, mas novamente entre os comunismos, moderno e primitivo. Emblemática, neste ponto, é a anotação de campo do próprio Clastres (*apud* TIBLE, 2013, p. 150), afirmando que a convivência com os Yanomami – “a última sociedade livre da América do Sul e talvez do planeta” – lhe trouxe de volta o “espírito de maio de 1968”. Curiosamente, um período marcado pela eclosão de greves *selvagens* – contra o bloco capital/Estado, mas também contra as burocracias sindicais



amarradas a ele – e em defesa de outro modelo (im)possível de produção da vida. Ameríndios e proletários unidos numa crítica cosmopolítica do Ocidente?

Essa possibilidade é explorada no terceiro e último capítulo, ao se perguntar como as práticas políticas concretas dos ameríndios interpelam Marx. Para tanto, Tible estabelece uma aproximação entre a forma-comuna, a forma-confederação – a dos iroqueses, que encantou Marx, e a dos Tamoio na América do Sul – e a forma-conselho dos Yanomami. Em relação a esses últimos, Tible oferece elementos de aprofundamento, ao trazer ao centro a crítica cosmopolítica de Davi Kopenawa, em sua recusa ao dualismo natureza-cultura. Tem-se aí um fundamento da crítica à modernidade ocidental e, assim, da resistência ao fascínio – ou “fetichismo” – do mundo das mercadorias e dos projetos autoritários de integração nacional. Nesse sentido, Viveiros de Castro aponta que, de acordo com a cosmopolítica amazônica, a natureza é sujeito de uma relação social, num mundo habitado por diferentes espécies de sujeitos, que o apreendem segundo pontos de vista distintos – ou seja, um “perspectivismo” amazônico. As relações são motivadas pela diferença, a partir de uma “epistemologia canibal”, fundada no desejo do distinto, com o xamanismo exercendo a “diplomacia cósmica” necessária. Pode-se falar, assim, num “modo de produção de pessoas” – com a produção para dentro e a predação incorporante para fora – em que as forças produtivas são as próprias relações de produção.

Na visão de Castro, esse “novo materialismo” se afasta dos princípios desenvolvidos por Marx, os quais seriam reprodutores do antropocentrismo que coloca o ser humano como “externo” à natureza, subordinando-a através do trabalho. Assim, justamente por ser essa separação entre natureza e mundo humano – que abre margem para todos os abusos destrutivos – o humanismo, inclusive o marxiano, estaria corrompido desde o início. No entanto, Tible busca elementos para se pensar em sentido contrário, ou seja, no sentido “cosmopolítico” de trabalho e produção pois, apesar de entendidos na sua especificidade humana por Marx, aparecem como os elementos de mediação/intercâmbio dentro da unidade natureza-cultura. E, se o capitalismo despreza essa unidade e coloca o mundo social em oposição à natureza, o comunismo representaria justamente a dissolução desse antagonismo e um “reencontro” do ser humano como parte do mundo natural, numa reversão também do processo de despossessão dos saberes tradicionais através da reapropriação da inteligência coletiva em novas bases – o que Marx chegou a identificar como “intelecto geral”. Dessa forma,



as perspectivas de Kopenawa e de Marx podem convergir numa crítica ecológica e social da modernidade capitalista e suas categorias epistemológicas fundantes.

Evidentemente, uma proposta tão ousada não poderia deixar de ter suas lacunas e questionamentos. Talvez as mais importantes delas já estejam indicadas na própria edição. No prefácio, Lowy lamenta a ausência de uma análise mais aprofundada da questão ecológica, especialmente sobre as lutas dos indígenas da América Latina contra os projetos faraônicos do Estado e a ação destruidora das grandes empresas. Já no posfácio, Ferreira indica que, em alguns pontos, a argumentação exigiria maior aprofundamento e que a defesa de Marx – como crítico do progresso, gradativamente aberto ao “outro” e radicalmente antiestatal – careceria de um “contraditório”, principalmente na polêmica entre Marx e os anarquistas. Afinal, as próprias experiências históricas socialistas e comunistas não demonstram a necessidade de “criticar a ‘ditadura do proletariado’ ou o que se fez dela?”

Críticas relevantes que, contraditoriamente, justificam toda a investigação realizada por Tible. A questão ecológica perpassa, ora implícita ora explicitamente, todo terceiro e último capítulo, abrindo caminho para o aprofundamento nos moldes requisitados por Lowy. Já ausência do “contraditório” à tese de um Marx selvagem – ainda que se deva lembrar que Clastres é empregado nessa função – parece menos uma lacuna que uma escolha do autor. Isso porque não se pretende um Marx “definitivo” – menos ainda “verdadeiro” – mas “possível” e, poder-se-ia dizer, “necessário”. Assim, se a história do marxismo e das experiências socialistas tende a indicar um Marx apostado ao apresentado por Tible, a empreitada do autor ganha em relevância, para a crítica e superação das leituras autoritárias e civilizatórias – contaminadas pela “estranha loucura” do amor ao trabalho (LAFARGUE, 2003, p. 19) – que levaram a desastres sociais, como o stalinismo, e também ecológicos, como exemplifica Chernobyl. Superação pelo diálogo e pela predação incorporante: moderno e primitivo; marxismo e antropologia; teoria e lutas... proletários e indígenas, uní-nos!

Referências bibliográficas

ANDRADE, Oswald. 2011. *A utopia antropofágica*. 4 ed. São Paulo: Globo.

BENJAMIN, Walter. 1987. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense.

CLASTRES, Pierre. 2013. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify.



LAFARGUE, Paul. 2003. *Direito à preguiça*. São Paulo: Claridade.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2013. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo.

THOMPSON, E. P. 1998. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.